

## JULGAMENTO DE RECURSO SEI Nº 0023931714/2024 - SECULT.UAD.ASDC

Joinville, 15 de dezembro de 2024.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2024, às 9:00 horas, reuniram-se na Secretaria de Cultura e Turismo, os membros da Comissão de Análise de Projetos - CAP, designados pelo Decreto nº 62.457/2024 (0022997555), composta por Agnes Luciano Pinheiro, Albertina Camilo, Ana Paula Klahold Rosa, Célia Campos, Daniele Haak, Julio César de Lanznaster Cruz, Maria Barbosa Peixoto Fortuna, Poliana Santos e Taiza Mara Rauen Moraes, para verificação do Recurso Administrativo de **LabD12 Estudio LTDA** (SEI nº 0023831094), enviado aos seis dias do mês de dezembro do ano de 2024.

I - DAS FORMALIDADES LEGAIS. Conforme verificado, o recurso de LabD12 Estudio LTDA é tempestivo, tendo sido interposto dentro do prazo legal previsto no item 7.3 do Edital.

II - DA SÍNTESE DOS FATOS. Em 15/08/2024 iniciou-se o processo de chamamento público de pessoas físicas e jurídicas de direito privado com e sem fins lucrativos, na modalidade MECENATO, que tenham interesse em firmar com esta Administração Pública Municipal Termo de Compromisso Cultural através da seleção de projetos, para a execução de ações culturais no Município de Joinville por meio desta Chamada Pública. Recebidas as propostas através do canal "Autosserviços" do sítio da Prefeitura Municipal de Joinville até 16/09/2024, após a finalização da fase de habilitação, realizou-se a fase de classificação das propostas que se encerrou com a publicação da Ata de Julgamento SEI nº 0023793805 publicada em 04/12/2024, onde consta os classificados e desclassificados. Assim, ao verificar que a proposta autuada sob Processo SEI nº 24.0.217367-4 foi classificada com nota 85,50, LabD12 Estudio LTDA, ora recorrente, não concordou com o deliberado pela Comissão de Análise de Projetos, e interpôs o presente recurso.

III – DAS RAZÕES DO RECORRENTE. O projeto em questão foi considerado classificado pela Comissão de Análise de Projetos com nota 85,50, porém, o proponente deseja que alguns itens do relatório de julgamento sejam revistos. Os argumentos são direcionados aos itens “percentual de divulgação” e “caráter multiplicador”. Em relação ao “percentual de divulgação”, em síntese, a recorrente sustenta que foi orientada por intermédio do memorando SEI 0022554258/2024 e que é necessário considerar o assessor de imprensa e o design como parte da efetiva divulgação e que “*a não contratação destes 2 profissionais prejudicaria a estratégia de divulgação do projeto e sua efetividade*”. No que diz respeito ao “caráter multiplicador”, a recorrente sustenta que o “projeto prevê 30 exposições com 200 lugares cada, atingindo 6.000 pessoas” em locais públicos, como praças e que possui anuência das secretarias competentes. Sustenta ainda que “*O conceito de cinema móvel ao ar livre permite maior flexibilidade na escolha dos locais*”. Desse modo, solicita a reconsideração da nota atribuída aos itens elencados.

IV – DO MÉRITO. Todas as decisões referentes ao Edital de Chamamento Público nº 0022347184/2024/PMJ são tomadas em consonância com a legislação vigente, respeitando-se os princípios da Administração Pública, em especial o princípio da vinculação ao edital. Da análise do caso concreto é possível verificar que a Recorrente foi considerada classificada com nota 85,50, porém, deseja que a nota seja revista. A defesa apresentada pelo Recorrente traz elementos para justificar seu inconformismo, porém, esta Comissão acolhe parcialmente o Recurso. O objetivo do Edital quando determina que parte do recurso seja gasto com divulgação, refere-se ao fato de tornar o projeto conhecido por grande parte da população e, para tanto, é necessário que sejam adquiridos meios de divulgação

efetiva, que é o resultado final esperado. A contratação de profissionais que atuam no processo de criação da divulgação não garante que o produto seja realmente divulgado, por esse motivo não são considerados para o percentual destinado a divulgação, mas são considerados no plano de divulgação, garantindo a coerência das ações propostas ao longo do projeto. Nenhum profissional é desconsiderado ou invalidado no processo de análise, porém, cada qual tem influência em uma nota ou outra. No que diz respeito ao “caráter multiplicador” a comissão acolhe a justificativa e entende que existe a possibilidade de se obter cerca de 100 pessoas em cada apresentação em local público, assim, tendo um público total estimado de 5.000 pessoas.

V - CONCLUSÃO. Por todo o exposto, esta Comissão conclui por CONHECER o recurso para, no mérito, **CONCEDER-LHE PARCIAL** provimento, alterando parcialmente a decisão proferida no julgamento, mantendo o projeto **CLASSIFICADO** com nota 88,50 para o Edital de Chamamento Público nº 0022347184/2024/PMJ.



Documento assinado eletronicamente por **Taiza Mara Rauen Moraes, Usuário Externo**, em 15/12/2024, às 13:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Barbosa Peixoto Fortuna, Usuário Externo**, em 15/12/2024, às 14:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Haak, Usuário Externo**, em 15/12/2024, às 17:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Albertina Camilo de Castro Franco, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 07:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Santos, Coordenador(a)**, em 16/12/2024, às 08:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Klahold Rosa, Coordenador(a)**, em 16/12/2024, às 08:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Luciane Pinheiro, Coordenador(a)**, em 16/12/2024, às 08:28, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023931714** e o código CRC **AE5ECCCC**.